

CONTRATO Nº 4397/13

NTM-C Nova Tamoios Contornos

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI FAZEM DERSA
DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A. E
CONSÓRCIO GERENCIADOR NOVA
TAMOIOS – CONTORNOS EE.**

Pelo presente Contrato, exarado no processo **DERSA nº 53.546/2012**, regido pela Lei Federal nº 8666 de 21/6/93 e suas atualizações e Lei Estadual nº 6.544 de 22/11/89, de um lado, **DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.**, Sociedade de Economia Mista, prestadora de Serviço Público, nos termos do Decreto-lei nº. 5, de 6 de março de 1969, alterado pela Lei nº. 95, de 29 de dezembro de 1972, sediada nesta Capital, na Rua Iaiá, nº. 126, C.N.P.J. nº. 62.464.904/0001-25 neste ato por seus representantes legais ao final assinados, a seguir denominada simplesmente **DERSA** e, de outro lado, **CONSÓRCIO GERENCIADOR NOVA TAMOIOS – CONTORNOS EE**, com sede na Alameda Araguaia, nº 3571, Centro Empresarial Tamboré, Barueri-SP, C.N.P.J. nº **17.851.514/0001-53**, constituído pelas empresas: **ENGEVIX ENGENHARIA S/A.**,—sediada na Alameda Araguaia, nº 3571, Centro Empresarial Tamboré, Barueri- SP, C.N.P.J. nº **00.103.582/0001-31** e **ENGER ENGENHARIA S/A**, com sede na Alameda Madeira, nº 258, 21º andar, Alphaville, Barueri - SP, C.N.P.J. nº **51.167.500/00001-53**, tendo como empresa líder: **ENGEVIX ENGENHARIA S/A**, por seu(s) representante(s) legal(is) ao final identificado(s), a seguir denominado simplesmente **CONSÓRCIO**, de acordo com o disposto nas Condições Gerais da **CONCORRÊNCIA Nº 016/12** e seus anexos que integram o presente Contrato, têm entre si justo e avençado o seguinte:

CLÁUSULA I**OBJETO**

- 1.1. Prestação de serviços técnicos de consultoria especializada de engenharia para apoio à **DERSA** no Gerenciamento Geral na prestação de serviços técnicos para a implantação do Empreendimento Rodoviário "Nova Tamoios - Contornos" nas cidades de Caraguatatuba e São Sebastião.

MAR



JURÍDICO
(DERSA)

CONTRATO Nº 4397/13

NTM-C Nova Tamoios Contornos

Os serviços, objeto deste contrato, serão executados de acordo com os Anexos que fazem parte integrante deste contrato.

1.3. Integram o presente contrato tal como se aqui transcritos, ressalvada sempre a aplicação preferencial das disposições expressas neste instrumento:

- a) Edital da **CONCORRÊNCIA Nº 016/2012**
- b) Proposta do **CONSÓRCIO** datado de 21/12/2012
- c) Anexos
- d) Primeira Nota de Serviço

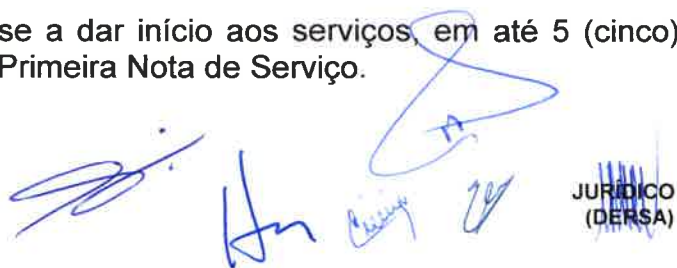
CLÁUSULA II**VALOR**

- 2.1. Tem o presente contrato o valor de **R\$ 14.098.015,60** (quatorze milhões, noventa e oito mil, quinze reais e sessenta centavos), data base **junho/2012**, cujo crédito pelo qual correrá a despesa está prevista no Convênio entre o DER - Departamento de Estradas de Rodagem e a **DERSA** - Desenvolvimento Rodoviário S.A.
- 2.2. O **CONSÓRCIO** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão, além do limite de 25% (vinte e cinco por cento) aqui estabelecidos, mediante acordo entre a **DERSA** e o **CONSÓRCIO**.

CLÁUSULA III**PRAZO**

- 3.1. O prazo para execução dos serviços será de **40 (quarenta) meses**, contado a partir da emissão da Primeira Nota de Serviços.
 - 3.1.1. O **CONSÓRCIO** obriga-se a dar início aos serviços, em até 5 (cinco) dias após a emissão da Primeira Nota de Serviço.

MAR

The bottom of the page contains several handwritten signatures in blue ink. To the right, there is a blue rectangular stamp with the text "JURÍDICO (DERSA)" and a circular stamp with a signature inside.

CLÁUSULA IV**PREÇOS E REAJUSTAMENTOS**

- 4.1. Para todos os serviços objeto do contrato serão adotados os preços resultantes da proposta comercial do **CONSÓRCIO**, referidos ao mês de **junho/2012**.
- 4.2. Os preços contratuais propostos serão reajustados anualmente, de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor IPC-FIPE, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = P_o \times C$$

Sendo:

R = valor do reajustamento procurado.

P_o = valor dos serviços reajustáveis executados segundo os preços iniciais.

C = fator de reajustamento com três casas decimais sem arredondamento.

$$C = \frac{\ln - \ln_o}{\ln_o}$$

ln = índice de preços correspondente ao último dia do período de execução dos serviços objeto da medição.

ln_o = índice de preços iniciais, referidos a **junho de 2012**.

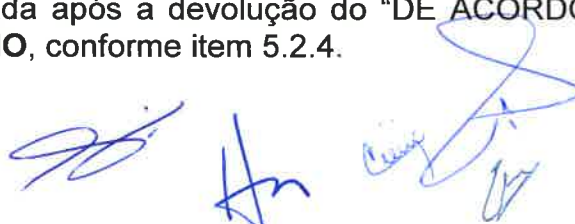
- 4.2.1. Os reajustamentos obedecem às disposições contidas na Lei n.º 9.069 de 29 de junho de 1.995 e a Lei n.º 10.192 de 14 de Fevereiro de 2.001, Complementar ao Plano Real.
- 4.3. Nos preços unitários propostos, que constituirão a única e completa remuneração para os serviços objeto do contrato, estão computados todos os custos e despesas do **CONSÓRCIO**, conforme discriminado no Critério de Preço e Medição, nada mais podendo o **CONSÓRCIO** pleitear a título de pagamento, reembolso ou remuneração em razão do contrato, de sua celebração e cumprimento.

CLÁUSULA V**MEDIÇÕES E PAGAMENTOS**

- 5.1. As medições serão procedidas independentemente da solicitação do **CONSÓRCIO** com a seguinte periodicidade:
- 5.1.1. A primeira será realizada no último dia do mês em que for emitida a Primeira Nota de Serviço.
- 5.1.2. As subseqüentes suceder-se-ão a cada período de um mês a partir da data de término da medição anterior, exceto a medição final que poderá abranger menor período, por se tratar do último da execução do objeto.
- 5.2. O processamento das medições obedecerá à seguinte sistemática:
- 5.2.1. Tudo o que for realizado sob as condições contratuais será apontado, de acordo com os critérios de preço e medição, em impresso próprio da **DERSA** denominado Boletim de Medição, que deverá ser assinado pelo Fiscal da **DERSA** e Preposto habilitado pelo **CONSÓRCIO**. Deverá ser entregue no Departamento de Medições da **DERSA**, no máximo até o 3º (terceiro) dia útil do mês subseqüente ao do período da medição.
- 5.2.2. Processada a medição até o dia 22 do mês subseqüente ao período da medição, prorrogável até o primeiro dia útil seguinte, quando cair em final de semana ou feriado, o **CONSÓRCIO** será comunicado por escrito do valor apurado através do "ATESTADO DE MEDIÇÃO/REAJUSTE".
- 5.2.2.1. O **CONSÓRCIO** somente poderá emitir fatura após a emissão pela **DERSA** do respectivo "ATESTADO DE MEDIÇÃO/REAJUSTE".
- 5.2.2.2. A não divulgação do índice oficial, até o dia 20 do mês subseqüente ao período da medição, importará na utilização, provisória, do último índice vigente, sendo a diferença contabilizada na próxima medição.
- 5.2.3. Se houver atraso na medição/reajustamento por responsabilidade do **CONSÓRCIO**, ao dia do pagamento serão acrescidos tantos dias quantos forem os dias de atraso.



- 5.2.4. Para a medição/reajustamento referente ao último período, cujos valores são vinculados à conclusão do levantamento final, serão considerados dias de atraso de responsabilidade do **CONSÓRCIO**, os dias que excederem ao prazo de 03 (três) dias úteis para medição/reajuste, contados a partir da data da solicitação pela **DERSA**, para o respectivo “DE ACORDO” nos quantitativos da Medição Final.
- 5.3. Para obtenção do valor de cada medição será assim procedido:
- 5.3.1. Para os serviços executados no período, multiplicam-se as quantidades medidas pelos respectivos preços unitários.
- 5.3.2. Corresponderá ao valor da respectiva medição o somatório dos produtos finais obtidos conforme subitem 5.3.1.
- 5.4. Os valores das medições serão apurados conforme Critério de Preço e Medição que faz parte integrante deste Contrato.
- 5.5. O **CONSÓRCIO** emitirá, mensalmente, Notas Fiscais/fatura referentes à execução dos serviços objeto desta contratação. Se couber, de acordo com a legislação vigente, deverá destacar o valor a ser retido a título de Seguridade Social, incidente sobre o valor da mão de obra utilizada, conforme disposto no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e posteriores alterações, e na Instrução Normativa Receita Federal do Brasil - RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009, e posteriores alterações.
- 5.5.1. O **CONSÓRCIO** é o único responsável pela correta emissão de seus documentos de cobrança, em todos os seus aspectos, observada a legislação vigente.
- 5.5.2. Os valores constantes das Notas Fiscais/fatura deverão corresponder aos serviços efetivamente medidos, conforme constante no “ATESTADO DE MEDIÇÃO/REAJUSTE”.
- 5.5.3. As faturas emitidas não poderão ser objeto de cobrança pela rede bancária.
- 5.5.4. O faturamento deverá ser efetuado, obrigatoriamente, por município onde os serviços estão sendo executados.
- 5.5.5. A emissão da nota fiscal/fatura correspondente à última medição somente estará autorizada após a devolução do “DE ACORDO” desta por parte do **CONSÓRCIO**, conforme item 5.2.4.



- 5.6. As Notas Fiscais/Fatura deverão ser apresentadas pelo **CONSÓRCIO** ao Departamento de Contabilidade Geral da **DERSA**, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data de vencimento.
- 5.6.1. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as medições, mediante a apresentação dos originais da fatura, bem como dos comprovantes de recolhimento do FGTS, acompanhado da folha de pagamento, do INSS e do ISSQN.
- 5.6.2. A não apresentação das comprovações do item anterior assegura à **DERSA** o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes, até que se regularize a documentação, não havendo incidência de encargos.
- 5.6.3. A comprovação do recolhimento do ISSQN deverá estar referida ao município que a prestação do serviço estiver envolvida, em consonância com as disposições contidas na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.
- 5.6.3.1. Quando da apresentação da nota fiscal/fatura não tenha decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias referentes ao mês imediatamente anterior, devendo o **CONSÓRCIO** apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento. Por ocasião da medição final, o pagamento só será efetuado mediante apresentação da Guia ISSQN do mês corrente a emissão da fatura.
- 5.6.3.2. Caso os municípios onde estiverem sendo executados os serviços tenham recepcionado em suas legislações o disposto na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, a **DERSA** reterá os percentuais devidos nos respectivos municípios quando da emissão das notas fiscais pelo **CONSÓRCIO**.
- 5.6.3.3. Caso o **CONSÓRCIO**, obrigado à inscrição, não esteja cadastrado junto à Secretaria de Finanças do Município de São Paulo, a **DERSA** deverá reter na fonte e recolher o ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ao Município de São Paulo, conforme Lei Municipal nº 13.701, de 24/12/2003, acrescido da Lei nº 14.042, de 30/08/2005, com redação da Lei nº 14.256, de 29/12/2006.



JURÍDICO
(DERSA)

- 5.7. Os pagamentos referentes às medições serão efetuados no 30º (trigésimo) dia subsequente ao término do período abrangido pelas respectivas medições, por meio de crédito em conta corrente do **CONSÓRCIO** junto ao Banco do Brasil S/A, nos termos do Decreto Estadual nº 55.357, de 18 de janeiro de 2010.
- 5.7.1. A entrega das Notas Fiscais/Faturas em atraso, conforme prazo estabelecido no item 5.6, importará na prorrogação automática para pagamento, na mesma quantidade de dias úteis.
- 5.7.2. O **CONSÓRCIO** deverá informar o Departamento de Contabilidade Geral da **DERSA** a agência e o número da conta corrente a ser utilizada para fins de pagamento das faturas.
- 5.7.3. O pagamento referente à medição final será efetuado em 10 dias, a contar da data constante no protocolo do respectivo "DE ACORDO", feito pelo **CONSÓRCIO**.
- 5.8. Havendo atraso de pagamento motivado pela **DERSA**, esta responderá pelo pagamento da devida correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, e alterações posteriores, cujo índice para apuração será o IPC-FGV, ou o qual o suceder, bem como juros moratórios à razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, calculado *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado, apurado sobre o valor da obrigação principal.
- 5.8.1. A correção monetária será calculada no dia do pagamento da obrigação principal, com base na variação acumulada do IPC-FGV, sendo que para os meses em que os índices não tenham sido divulgados, será utilizado o último índice publicado.
- 5.9. O **CONSÓRCIO** é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão da **DERSA**, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados do **CONSÓRCIO**, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante possíveis **SUBCONTRATADAS** ou quaisquer terceiros interessados.
- 5.9.1. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CONTRATO Nº 4397/13

NTM-C Nova Tamoios Contornos

- 5.9.2. A inadimplência do **CONSÓRCIO** com referência aos encargos referidos no item 5.9., não transfere à **DERSA** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 5.9.3. Na hipótese da **DERSA** vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas, mencionadas no item 5.9. e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas.
- 5.9.4. Para o subitem anterior, na eventualidade do contrato ter sido encerrado, e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela **DERSA**, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a **DERSA** utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra o **CONSÓRCIO**, expressando esta, desde já, sua concordância com as duas hipóteses previstas, neste subitem e no anterior.

CLÁUSULA VI**RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES**

- 6.1. O **CONSÓRCIO** declara ter pleno conhecimento das condições contratuais, pelo que reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual dos encargos assumidos.
- 6.2. O **CONSÓRCIO** reconhece expressamente sua total e exclusiva responsabilidade por danos ou prejuízos causados por seu pessoal que, em qualquer hipótese, venham sofrer a **DERSA**, terceiros, coisas e/ou propriedade de terceiros, em decorrência dos serviços ora contratados.
- 6.2.1. Não exclui ou reduz esta responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento por representantes da **DERSA**.
- 6.3. A **DERSA** poderá solicitar a substituição de pessoal por motivo de imperícia, ineficiência, incapacidade ou indisciplina, devendo o efetivo ser repostado imediatamente sem prejuízo aos serviços.
- 6.3.1. Qualquer funcionário dispensado por solicitação da Fiscalização da **DERSA** não poderá ser reapresentado, por qualquer circunstância ou motivo, durante a execução dos serviços objeto do presente Contrato.
- 6.3.2. O **CONSÓRCIO** deverá permitir à **DERSA**, fiscalização dos registros de frequência do pessoal, controlado pelo PREPOSTO do **CONSÓRCIO**.

MAR



JURÍDICO
(DERSA)

- 6.4. O **CONSÓRCIO** obriga-se a não prestar informações de qualquer ordem a terceiros, técnicas ou não, sobre a natureza ou andamento da execução dos serviços ou divulgá-los por qualquer outra forma, sem prévia e expressa autorização da **DERSA**.
- 6.4.1. Se o **CONSÓRCIO** desejar, para fins promocionais ou publicitários, divulgar os serviços a seu cargo, somente poderá fazê-lo mediante apresentação prévia das mensagens e sua aprovação pela **DERSA**.
- 6.5. O **CONSÓRCIO** deverá indicar preposto idôneo, provendo-o dos meios necessários ao bom desempenho de sua função, inclusive veículo, se for o caso.
- 6.5.1. O preposto a que se refere o item acima, deverá ser graduado em **Engenharia Civil**, legalmente habilitado, e previamente aprovado pela **DERSA**, devendo este permanecer em caráter de dedicação exclusiva aos serviços contratados.
- 6.5.2.1. Os custos de remuneração do preposto e de seu veículo se for o caso, deverão ser incorporados à taxa de **BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS/BDI**.
- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por engenheiro civil comprovado e representante da **DERSA** designado para esse fim. Esta supervisão visa verificar a obediência às Especificações, Notas de Serviço, Produtividade, Programação e outras que forem emitidas ou aprovadas pela **DERSA**, utilização correta dos materiais, atendimento às Normas de Segurança do Trabalho e medição dos serviços, devendo o **CONSÓRCIO** refazer, às suas expensas, quaisquer serviços executados em desacordo ao mencionado acima.
- 6.6.1. O representante da **DERSA** anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassem a sua competência funcional deverão ser encaminhadas ao Diretor da área, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 6.6.2. O **CONSÓRCIO** somente poderá dar início aos serviços, objeto do presente contrato, após a emissão pela **DERSA**, da respectiva "Nota (s) de Serviço".



JURÍDICO
(DERSA)

- 6.7. Na execução dos serviços, o **CONSÓRCIO** estará obrigado a:
- 6.7.1. fornecer todos os recursos humanos e materiais, necessários e suficientes à prestação dos serviços;
 - 6.7.2. observar as práticas de boa prestação empregando somente recursos da melhor qualidade;
 - 6.7.3. providenciar para que os recursos humanos estejam a tempo nas horas e locais determinados pela **DERSA**, observando o disposto nos Anexos;
 - 6.7.4. obedecer e fazer observar as leis, regulamentos, posturas e determinações das autoridades federais, estaduais e municipais, cabendo ao **CONSÓRCIO** integral responsabilidade pelas conseqüências das eventuais transgressões que, por si ou seus prepostos, cometer;
 - 6.7.5. reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas no todo ou em parte, os serviços, objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções resultantes de execução, ou de serviços executados em desobediência aos padrões ou Normas Técnicas vigentes ou não aceitas pela **DERSA**.
- 6.8. Na realização dos serviços o **CONSÓRCIO** deverá respeitar as exigências constantes nas especificações técnicas, instruções, projetos, normas editadas pela ABNT, se citadas explicitamente ou não, e os padrões referenciais **DERSA**.
- 6.8.1. Na falta de normatização, os parâmetros mínimos de qualidade dos serviços serão definidos pela FISCALIZAÇÃO.
- 6.9. O **CONSÓRCIO** sugerirá à **DERSA**, em tempo hábil, todas as providências que sejam necessárias à adequação do objeto contratual aos aspectos imprevistos ou supervenientes, constatados durante a execução dos serviços de modo que quaisquer problemas, falhas ou omissões decorrentes dos aspectos acima mencionados possam ser superados pela **DERSA**, sem o comprometimento da execução do objeto do contrato.
- 6.10. As providências e despesas relativas ao pagamento de qualquer tributo que incida ou venha a incidir sobre o contrato serão de exclusiva responsabilidade do **CONSÓRCIO**.
- 6.11. Nenhum recurso poderá ser retirado ou transferido dos serviços por iniciativa do **CONSÓRCIO**, sem prévia autorização da Fiscalização da **DERSA**.
- 6.12. Cada fase de trabalho somente será concluída após a sua liberação pela Fiscalização da **DERSA**.

- 6.13. Os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, instruções ou orientação da Fiscalização deverão ser refeitos pelo **CONSÓRCIO**, que arcará com todos os custos decorrentes.
- 6.14. Os veículos alocados para a execução dos serviços não poderão ter seu ano de fabricação anterior a 3 (três) anos, a contar do ano em curso.
- 6.15. O **CONSÓRCIO** deverá identificar os equipamentos e veículos utilizados pelo **CONSÓRCIO** na execução dos serviços, devendo estar identificados de acordo com o **Anexo VIII** - "IDENTIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS", que faz parte integrante deste contrato.
- 6.16. Ainda que os serviços estejam concluídos e que todos os relatórios, boletins e demais documentos objetos deste contrato já tenham sido entregues à **DERSA**, e mesmo que esteja encerrado o prazo contratual, o **CONSÓRCIO** ficará responsável por quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários a critério da **DERSA**.
- 6.17. O **CONSÓRCIO** tem pleno conhecimento do inteiro teor do Código de Conduta Ética e Governança Corporativa da **DERSA**, cujos preceitos são de observância obrigatória em todos os atos praticados pela LICITANTE e cujo inteiro teor também encontra-se disponível no sítio da **DERSA**: www.dersa.sp.gov.br/empresa/codigodecondutaeticadersa.pdf.

CLÁUSULA VII

SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA VIII

ALTERAÇÕES, RESCISÃO, PENALIDADES E MULTAS

- 8.1. As alterações, rescisões, penalidades e multas obedecerão ao disposto na Lei nº 8.666/93, na Lei Estadual nº 6.544/89 e na Resolução ST-040/94.

MAR


JURÍDICO
(DERSA)

- 8.2. No caso de inexecução parcial ou total deste contrato pelo **CONSÓRCIO**, a **DERSA**, e ressalvados os casos previstos no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, poderá, a qualquer momento, exercer o seu direito de rescindir este contrato e aplicar, cumulativa ou isoladamente, as seguintes penas:
- 8.2.1. Advertência e respectiva anotação em Cadastro;
- 8.2.2. Multa de 30% (trinta) por cento sobre o valor total atualizado do serviço ou obra não entregue ou da obrigação não cumprida ou, a critério da **DERSA**, o pagamento de valor correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
- 8.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o **CONSÓRCIO** à multa de 0,1 % (um décimo por cento) do valor atualizado da obrigação total por dia que exceda o cumprimento de qualquer data estabelecida neste contrato e/ou em Cronograma Físico/Financeiro estabelecido, limitado ao valor total do contrato atualizado.
- 8.3.1. A aplicação de multa prevista na cláusula 8.3. não impede que a **DERSA** rescinda unilateralmente o presente contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 8.4. Qualquer penalidade prevista será aplicada observando-se o contraditório e a ampla defesa.
- 8.5. Aplicada(s) a(s) multa(s) e, havendo exaurimento da garantia prestada, a **DERSA** passará a descontar o valor residual do próximo pagamento que vier realizar ao **CONSÓRCIO**.
- 8.5.1. No caso de não existirem pagamentos previstos, o **CONSÓRCIO** deverá efetuar a quitação da multa em até 72 (setenta e duas) horas, contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo.
- 8.6. O não pagamento da multa no prazo estipulado importará, ainda, na atualização do valor a ser pago com base na variação do IPC-FIPE (índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), calculado *pro rata tempore* desde a data do vencimento até a do efetivo pagamento.
- 8.7. O pagamento das multas estabelecidas nesta cláusula ou seu desconto como aqui especificado não exime o **CONSÓRCIO** do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades contraídas neste instrumento e nem da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos, diretos ou indiretos que vierem a ser causados.

CLÁUSULA IX

ENCERRAMENTO DO CONTRATO

- 9.1. Executados os serviços, o contrato será encerrado lavrando-se o respectivo Termo de Encerramento do Contrato, logo após o processamento pela **DERSA** da medição final.
- 9.2. O Termo de Encerramento de Contrato deverá ser assinado pelo **CONSÓRCIO** e pelo Diretor da **DERSA** responsável pela área de execução dos serviços.

CLÁUSULA X

GARANTIA

- 10.1. Para garantia do fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais e legais, o **CONSÓRCIO** obriga-se a prestar garantia de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, no prazo que vier a ser fixado pela **DERSA**.
- 10.2. A garantia referida no item 10.1. acima será reforçada na razão de 5 % (cinco por cento) do montante de qualquer aumento do valor contratual.
- 10.3. A garantia e seus reforços referidos nesta Cláusula, poderão ser efetuados mediante caução em dinheiro, ou fiança bancária ou Títulos da Dívida Pública ou seguro garantia.
- 10.4. A garantia e seus reforços (itens 10.1. e 10.2.) responderão por todas as multas e encargos impostos ao **CONSÓRCIO**. Se o total da garantia existente for insuficiente, o **CONSÓRCIO** deverá completar o valor das multas e repor a garantia.
- 10.5. A garantia será liberada para devolução, quando da assinatura do Termo de Encerramento do Contrato.
- 10.5.1. Para a garantia prestada em dinheiro, proceder-se-á a correção monetária, anualmente, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, desde a data do recolhimento, até a data comunicada pela **DERSA**, colocando à disposição do **CONSÓRCIO** a sua devolução.

CONTRATO Nº 4397/13

NTM-C Nova Tamoios Contornos

- 10.5.2. A correção monetária obedece às disposições contidas na Lei nº 9.069 de 29 de junho de 1995, e a Lei nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001, complementar ao Plano Real.

CLÁUSULA XI**COMUNICAÇÃO**

- 11.1. As comunicações recíprocas relativas a este contrato somente serão consideradas como efetuadas, se entregues através de correspondência mencionando o número deste contrato e o assunto específico da correspondência, devendo ser protocoladas e endereçadas conforme o destinatário, como segue:

À DERSA**DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.**

Rua Iaiá n. 126 – Itaim Bibi – São Paulo – SP.

Ref: Contrato Nº **4397/13****AO CONSÓRCIO****CONSÓRCIO GERENCIADOR NOVA TAMOIOS – CONTORNOS EE**ENDEREÇO: Alameda Araguaia, nº 3571, Centro Empresarial Tamboré,
Barueri- SP

CEP: 06.455-000

Ref: Contrato Nº **4397/13**.

- 11.2 A entrega de qualquer carta ou documento de transmissão far-se-á por portador, com protocolo de recebimento e o nome do remetente conforme acima descrito.
- 11.3. As comunicações relativas exclusivamente as atividades de execução dos serviços deverá ser encaminhada formalmente através do fiscal indicado pela **DERSA**.

CLÁUSULA XII**FORO**

- 12.1 Todas as questões suscitadas pelo presente contrato, não resolvidas por via administrativa, serão dirimidas no Foro desta Capital, eleito pelas partes com preferência sobre outro qualquer, por mais privilegiado que se apresente.

MAR



JURIDICO
(DERSA)

E por estarem justos e acordados firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 09 de Abril de 2013

Pela **DERSA**:



LAURENCE CASAGRANDE LOURENÇO
Diretor Presidente



PEDRO DA SILVA
Diretor de Engenharia

Pelo **CONSÓRCIO**:



WILSON VIEIRA
Vice Presidente de Infraestrutura de Edificações da Engevix Engenharia S/A



EDUARDO MINORU NAGAO
Diretor de Infraestrutura de Edificações da Engevix Engenharia S/A



ARMANDO MOLLICA FILHO
Vice Presidente Financeiro da Engevix Engenharia S/A



HUMBERTO SILVA NEIVA
Vice Presidente Comercial Engevix Engenharia S/A

TESTEMUNHAS:



MARIA ANGELA RAMIREZ



TATIANA GOMES COELHO

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO ESTADO DE SÃO PAULO

ÓRGÃO: SECRETARIA ESTADUAL DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
CONTRATANTE: DERSA – DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A
CONTRATADO: CONSÓRCIO GERENCIADOR NOVA TAMOIOS – CONTORNOS EE

OBJETO: Prestação de serviços técnicos de consultoria especializada de engenharia para apoio à DERSA no Gerenciamento Geral na prestação de serviços técnicos para a implantação do Empreendimento Rodoviário "Nova Tamoios - Contornos" nas cidades de Caraguatatuba e São Sebastião.

CONTRATO Nº 4397/13

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por **CIENTES e NOTIFICADOS** para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Pela **DERSA**:

São Paulo, 09 de Abril de 2013



LAURENCE CASAGRANDE LOURENÇO
Diretor Presidente



PEDRO DA SILVA
Diretor de Engenharia

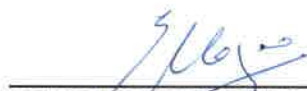
Pelo **CONSÓRCIO**:



WILSON VIEIRA
Vice Presidente de Infraestrutura de Edificações da Engevix Engenharia S/A



ARMANDO MOLLICA FILHO
Vice Presidente Financeiro da Engevix Engenharia S/A



EDUARDO MINORU NAGAO
Diretor de Infraestrutura de Edificações da Engevix Engenharia S/A



HUMBERTO SILVA NEIVA
Vice Presidente Comercial da Engevix Engenharia S/A